



Serviço Público Federal
Ministério do Turismo
Secretaria Especial da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Departamento do Patrimônio Imaterial
Coordenação-Geral de Identificação e Registro
Divisão Técnica de Diversidade Linguística

PARECER TÉCNICO nº 3/2022/DTDL/CGIR/DPI

ASSUNTO: Reconhecimento da Língua Latundê como Referência Cultural Brasileira.

REFERÊNCIA: Proc. 01450.000783/2019-12.

Brasília, 06 de junho de 2022.

Este parecer técnico trata da inclusão da língua Latundê no Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), cuja pesquisa e documentação fez parte do LEVANTAMENTO REGIONAL DA SITUAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA DE 26 ETNIAS INDÍGENAS DA REGIÃO DE RONDÔNIA, projeto apoiado pelo IPHAN e realizado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, vinculado ao MCTI.

Os objetivos principais desse amplo levantamento foram os seguintes:

- Levantar a situação da língua nativa de 26 etnias do Estado de Rondônia, investigando os parâmetros reconhecidos para diagnosticar o grau de ameaça de cada uma delas, o número de falantes e semifalantes, o grau de transmissão da língua, o grau de manutenção de arte verbal tradicional, a alfabetização na língua indígena e, por fim, as medidas e os programas de apoio;
- Obter as informações necessárias para a patrimonialização de cada língua como, por exemplo, os nomes da língua, a sua história e as suas relações genéticas com outras línguas e dialetos;
- Produzir e documentar a anuência informada de cada etnia para o reconhecimento da sua língua como Referência Cultural Brasileira;
- Documentar minimamente cada língua e dialeto por meio de gravação;
- Mobilizar cada etnia a manter e promover as suas línguas, fornecendo ideias e capacitação para isso;
- Contribuir para o aperfeiçoamento de metodologias para levantar a situação de línguas indígenas de uma região, gerando subsídios para levantamentos futuros do Inventário Nacional de Diversidade Linguística (INDL);
- Gerar experiências de referência no uso de novas tecnologias para documentação e identificação de línguas com vistas à disponibilização no âmbito do INDL.

Para efeito de melhor compreensão do projeto, a DTDL/CGIR/DPI elaborou uma síntese sobre o referido Levantamento Sociolinguístico contido na NOTA TÉCNICA nº 11/2021/DTDL/CGIR/DPI (SEI nº 3533094), contendo informações adicionais de modo a manter em perspectiva as dimensões regional, pluriétnica e multilinguística da iniciativa.

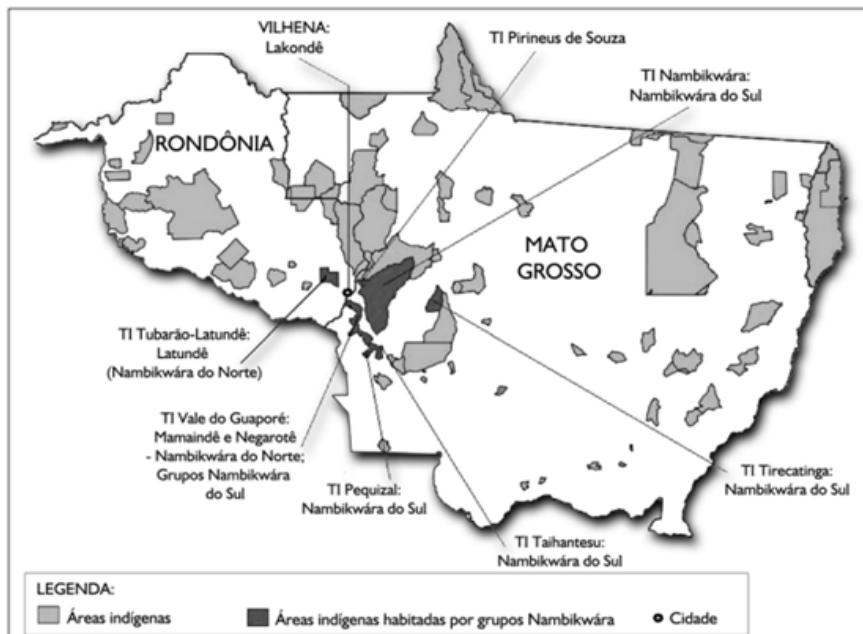


Figura 1. Localização das Terras Indígenas (TI) dos grupos Nambikwára. Mapa adaptado de Braga (2012).

Figura: TL(Pág. 3) in “4.7.2 Telles 2013 Laringais.jpg”/ Anexo I (SEI nº 1048809)



Fonte: Arquivo “1.6.6 mapa Latunde.jpg” em Anexo I (SEI nº 1048809)

Documentos analisados:

- Formulários do Guia de Pesquisa e Documentação INDL (Guia-INDL) em formato digital (SEI nº 1048802)*;

***Legenda:** Módulo de Identificação e Pesquisa = **MIP**, Módulo de Caracterização Territorial = **MCT**, Módulo da Comunidade Linguística = **MCL**, Módulo de Identificação e Caracterização da Língua de Referência = **MIC**, Módulo de Diagnóstico Sociolinguístico = **MDS** e Módulo de Avaliação da Vitalidade Linguística, Revitalização e Promoção = **MAV**;

- Anexo I (SEI nº 1048809), contendo 27 itens:
 - “1.4.1... a.jpg” e “1.4.1... b.jpg”(Termo de Autorização de uso de som, imagem e informações recolhidas no âmbito das ações da pesquisa e documentação);
 - “1.4.1... 2017 a.jpg” e “1.4.1... 2017 b.jpg””(Termo de Autorização de uso de som, imagem e informações recolhidas no âmbito das ações da pesquisa e documentação);
 - “1.4.1... 2017 a.jpg” e “1.4.1... 2017 b.jpg” (Termo de Cessão Gratuita para uso de documentos sonoros, visuais, audiovisuais e escritos);

- “1.4.1... 2017 a.jpg” e “1.4.1... 2017 b.jpg” (Termo de Cessão Gratuita para uso de documentos sonoros, visuais, audiovisuais e escritos);
 - “1.4.1... .mp3” (Duração: 02’10” - Lista Swadesh – Autorização para inclusão da gravação no INDL);
 - “1.4.1... 2015.jpg” (Termo de Anuência à Pesquisa sobre a língua Latundê);
 - “1.4.2... 2015.jpg” e “1.4.2... 2017.jpg” (Declaração de interesse e anuência com reconhecimento da língua Latundê como “Referência Cultural Brasileira”);
 - “1.6.6... .jpg”, “2.2.3... 2006.jpg”, “2.2.3... 2012.jpg”, “2.2.3... .jpg”, “2.2.3... 2011.jpg”, “2.2.3... 2012.jpg”, “2.2.3... .jpg”, “2.2.4... .jpg” e “4.8.1... .jpg” (imagens);
 - “3.3.1... 1980... .pdf”, “3.3.1... 1976... .pdf”, “3.3.1... 1977... .pdf”, “4.7.2... 2002a... .pdf”, “4.7.2... 2012... .pdf” e “4.7.2... 2013... .pdf” (Referências Bibliográficas);
- Anexo II (SEI nº 1048816), contendo 10 itens:
 - “4.8.1... 2012.jpg”, “4.8.1... 2012.jpg”, “4.8.1... 2015.jpg”, “4.8.1... .jpg”, “4.8.1... 2011.jpg”, “4.8.1... 2006.jpg”, “4.8.1... 2015.jpg”, “4.8.1... 2012.jpg”, “4.8.1... 2008.jpg” e “4.8.1... 2012.jpg” (imagens);
 - Anexo III (SEI nº 1048833), contendo 4 itens:
 - “4.8.1... 2007.jpg” e “4.8.1... 2007.jpg” (imagens);
 - “5.6.2... 2017.pdf” (06 slides);
 - “... 2018.mp3” (Lista Swadesh – 100 palavras - Duração: 16’59”).

Documentos consultados:

1. Guias de Pesquisa e Documentação para o INDL. Volumes 1, 2 e Suplemento Metodológico (versão digital). Iphan, 2016;
2. Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010, que institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências;
3. Nota Técnica nº 8 - PU/DNDH, de 14 de setembro de 2021 (SEI nº 3533115);
4. Nota Técnica nº 11/2021/DTDL/CGIR/DPI, de 03 de novembro de 2021 (SEI nº 3533094);
5. RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. A originalidade das línguas indígenas brasileiras. 1999. Texto republicado na Revista Brasileira de Linguística Antropológica. Vol. 8, nº 02, 2016;
6. Relatório da Funai para eleição de uma área indígena para índios que estão localizados no Setor 11 da Gleba Corumbiara (Projeto Fundiário Corumbiara) – Território Federal de Rondônia. 52 Págs. s/d. Disponível em “3.3.1 Galvão 1980 Aikana Latunde. pdf” / Anexo I (SEI nº 1048809) * Legenda = RF
7. TELLES, Stella. Universidade Federal de Pernambuco. Traços laringais em Latundê (Nambikwára do Norte). Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. V. 8, n. 2, p. 291-306, maio-ago. 2013. 16 Págs. (Pág. 3) in “4.7.2 Telles 2013 Laringais.jpg”/Anexo I (SEI nº 1048809) * Legenda = TL

I. Síntese Histórica sobre o Povo Latundê:



Foto: "2.2.3 TI Tubarão Latundê.jpg" disponível em Anexo I (SEI nº 1048809).

Apesar de sua homologação ter ocorrido em 13 de maio de 1990 por meio do Decreto nº 99.170 (dados do Instituto Socioambiental em sua página "Terras Indígenas do Brasil"), a T.I. Tubarão-Latundê foi demarcada para os Aikanã em 1973, a partir da escolha de uma área localizada no Setor 11 da Gleba Corumbiara do então Território Federal de Rondônia por conta do Projeto Fundiário Corumbiara, depois de terem sido desalojados da região do rio Tanaru (RF, Pág. 18).

Após dois anos da demarcação da T.I. Tubarão-Latundê (1975) (MIP, Item 2, Subitem 2.3, Pág. 3), os Latundê foram avistados pelos Aikanã. Daí pode-se deduzir que essa região é de ocupação tradicional dos Latundê. O contato pela equipe da Funai com esse povo foi iniciado entre 1976 e 1977 (RF, Págs 4 e 44).

O nome dado à terra indígena deveu-se a um equívoco na denominação dos povos que habitavam o local:

"No Processo FUNAI/BSB/3503/76, os 'índios do campo' são muitas vezes chamados de Massacá. A nosso ver a Portaria de Interdição do Setor 11 reflete a confusão com relação às reais denominações dos grupos Aikaná e Latundê. Tudo indica que à época da Portaria denominava-se Tubarão aos Aikaná e Massacá aos Latundê. Acreditamos que nossa Portaria para eleição da área seja fruto desse equívoco." (RF, Págs. 4 e 5)

"Segundo depoimentos dos índios 'na língua nosso nome é Aikaná', mas quando um índio chamado Massacá foi Capitão a tribo ficou conhecida como Massacá, o mesmo acontecendo quando um índio de nome Tubarão foi capitão." (RF, Pág. 16)

Os contatos com os Aikanã e com os não indígenas mudaram muito a vida dos Latundê. Além das doenças introduzidas, vários Latundê foram inseridos na economia local em uma lógica de subordinação pelos Aikanã (que, por sua vez, já trabalhavam como seringueiros desde os anos 1940), e depois pelos Kwazá, até 1997 (MCT, Item 2, Subitem 2.2.1, Pág. 11), quando a atividade de extração da seringa para fabricação da borracha tornou-se inviável, de modo que as comunidades abandonaram definitivamente essa atividade produtiva.

Durante algum tempo (até o final da década de 1990) participaram da extração e da venda de castanha-do-Pará e palmito e até hoje a extração de madeira representa uma fonte de renda significativa para a comunidade. Nas últimas décadas, mesmo com a manutenção da caça e da plantação de roça como importantes fontes de subsistência, alguns Latundê optaram por exercer funções públicas dentro de suas aldeias como agentes comunitários de saúde ou como professores; e os jovens, em sua grande maioria, vão à procura de empregos formais ou informais na cidade para a compra de bens de consumo diversos.

Destaca-se também que a reduzida população Latundê estabeleceu casamentos exogâmicos com membros dos povos Aikanã, Sabanê, Mamaindê e Negarotê, formando, assim, toda a população infantil com ascendência interétnica (MCL, Item 3, Subitem 3.1, Págs 13 e 14).

II. Sobre a caracterização atual da comunidade linguística dos Latundê:

A T.I. Tubarão-Latundê está localizada no sudeste de Rondônia, na bacia do alto rio Madeira e na margem direita do rio Pimenta Bueno na altura das cabeceiras, dentro da área de abrangência do Município de Chupinguaia, cuja sede (um pequeno núcleo urbano) dista 15 km de estrada de chão a contar da aldeia Gleba. Das cidades de Vilhena e Pimenta Bueno, a T.I. Tubarão-Latundê está a uma distância de 150 km por meio de rodovias asfaltadas na RO-391 e BR-364.

Hoje, o povo Latundê está concentrado em duas localidades da T.I. Tubarão-Latundê: a aldeia Latundê (também chamada de Barroso) e a aldeia Gleba, sendo que na última aldeia os Kwazá e os Latundê estão em número reduzido, comparado-se com a população Aikanã (MCT, 2.2.1, Pág. 10).

Dentro dessa T.I., os Latundê perfazem um total de 32 indivíduos, sendo 19 falantes da língua materna, em convivência com os povos Aikanã, Kwazá, Mamaindê, Manduca, Negarotê, Tawandê, Salamã e Tuparí (MIP, 6.4, Pág. 7 e MCL, 2.1, Pág 12).

A comunidade linguística se autodenomina com o termo "Latundê" ao se referir tanto ao povo quanto à língua, mas não se sabe o motivo dessa etimologia. Quanto aos heterônimos, eles são conhecidos como "Latundê" e "Aküsü", sendo que a última denominação foi dada pelos Aikanã por uma palavra usada para se referir a quaisquer desconhecidos ou não aliados. Os Kwazá e os Kanoê também utilizam palavras semelhantes para se referir a desconhecidos ou inimigos. (MIC, 1, Págs. 14 e 15).

Desde os contatos estabelecidos a partir do final dos anos 1980, houve um momento de interrupção na transmissão da língua; Enquanto os mais idosos usam uma variante do Latundê mais conservadora, os mais jovens apresentam uma variante com influências da língua portuguesa. Atribuem tal situação à forte presença da língua portuguesa, que é considerada como língua franca tanto na cidade como nas próprias aldeias.

Contudo, dentro da aldeia Latundê a língua materna apresenta maiores chances de fortalecimento, ainda que o baixo número de falantes representem uma grande ameaça de sua extinção (MCT, 2.2.1, Págs. 10 e 11). Dentre os relatos contidos no inventário sociolinguístico, destacam-se que a presença de madeireiros não autorizados ameaçam não só a floresta, mas corroem também o tecido social dos povos da T.I. ao levar substâncias entorpecentes e estimular a divisão das comunidades (MIC, 9.4, Pág. 27).

III. Sobre a língua Latundê:

A língua Latundê é considerada de modalidade oral-auditiva e é falada no território nacional há mais de três gerações. Trata-se de uma das línguas pertencentes à família linguística Nambikwára. De acordo com a linguista Stella Telles, reconhecida estudiosa do assunto:

"O Nambikwára é um isolado linguístico. Até o momento, não há evidências plausíveis que possam atestar a relação genética da família com outras línguas. A família Nambikwára é formada por dois grupos de línguas/dialetos e mais uma língua sem divisão dialetal. As línguas e a sua distribuição nos três ramos seguem apresentadas na Tabela 1. **No ramo do Norte, encontra-se a língua Latundê, objeto deste estudo.** Nesse ramo, há mais três línguas, sendo o Lakondê a que mais se assemelha ao Latundê, enquanto que as duas restantes são mais próximas entre si. Das línguas apresentadas na Tabela 1, o Kithãulhú, do ramo do Sul, o Mamaindê (do ramo do Norte) e o Sabanê são as que dispõem de registros prévios, os quais datam, pelo menos, dos anos 1970." (g.n.) (TL, Pág. 2)

Com relação à análise dos principais elementos estruturais da língua Latundê, há registros de variações geracionais: *"Aparentemente a fala da geração pós-contato é caracterizada por fonologia e gramática relativamente simplificada e por lexemas emprestadas do Português. Porém, essa variação ainda não foi investigada sistematicamente."* (MIC. 5.2, Pág. 18).

Com relação à atitude dos Latundê em relação às demais línguas, a comunidade linguística aceita a presença de outras línguas como o Kwazá e o Aikanã, e utilizam o Português como língua franca para contato com os não indígenas e os demais povos. Identificou-se o "code-switching" (alternância de códigos linguísticos) entre o Latundê e o Português (Subitem 6.2, Pág. 37).

Quanto às línguas identificadas como línguas diferentes em relação à língua de referência, ainda não foram realizados estudos aprofundados que determinassem essa diferenciação:

"Em algumas fontes especializadas (p.ex. Price 1978: 37), Latundê foi considerado como um dos dialetos do Nambikwara do Norte. Porém, outras fontes consideram Latundê como uma das cinco línguas da família Nambikwara do Norte (Latundê, Tawandê, Lakondê, Mamaindê e Negarotê). De acordo com Telles (2002a, c.p.) há sinais de que são realmente línguas diferentes, mas ainda não foi realizado um mapeamento e investigação sobre o assunto". (MIC, 5.2, Págs. 18 e 19).

Tabela 1. A família Nambikwára.

Ramo do Sul (Nambikwára do Sul)	Ramo do Norte (Nambikwára do Norte)	Sabanê
1. Hahãtesú	1. Latundê	1. Sabanê
2. Alãntesú	2. Lakondê	
3. Waikisú	3. Mamaindê	
4. Wasúsu	4. Negarotê	
5. Kithãulhú		
6. Saxuentsú		
7. Halotesú		
8. Wakalitesú		
9. Sivxaisú		
10. Nesú		
11. Kithãulhú		

Fonte: TL. Pág. 3 (SEI nº 1048809)

Para conclusão do dossiê, é importante que conheçamos o relato dos pesquisadores, [vide a NT nº 11/2021/DTDL/CGIR/DPI (SEI nº 3533094)], que organizaram o levantamento para o INDL em viagens de campo para a Terra Indígena Tubarão-Latundê nos períodos de novembro de 2015 de abril e maio de 2017. O presente dossiê foi elaborado pelo linguista Hein van der Voort, do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG).

Conforme consta no formulário do Guia-INDL, a comunidade linguística falante de Latundê possui um acervo documental muito limitado (MIC, Item 7, Págs. 20 a 22), sem referências de produção bibliográfica "na" língua (incluindo materiais didáticos), somente 12 referências de produção bibliográfica "sobre" a língua, uma referência de produção em áudio e vídeo "na" língua, sem referências de produção em áudio e vídeo "sobre" a língua, sem referências de produção musical "na" língua, uma produção "na" língua disponível na internet e de 3 produções "sobre" a língua disponível na internet.

Dentre as poucas referências documentais elencadas no formulário do Guia - INDL, foram destacadas as pesquisas da linguista da UFPE Stella Novais, com abordagem aprofundada de alguns aspectos da língua Latundê (MIC, 7.2, Pág. 22).

Quanto à disponibilidade das produções documentais na comunidade, há publicações mais recentes e algumas gravações feitas pelo Museu Goeldi, que foram disponibilizadas a pessoas de referência da comunidade e à "Associação Massaká dos Povos Indígenas Aikanã, Latundê e Kwazá".

IV. Diagnóstico Sociolinguístico:

De modo a sintetizar as informações obtidas no inventário básico do povo Latundê registrados no Formulário INDL, organizamos os dados que representam as múltiplas variáveis sociolinguísticas para as localidades de ocorrência da língua, conforme recomendação do Volume 2 do Guia de Pesquisa e Documentação para o INDL (Parte 2, Item 1, Subitem 1.4).

Assim, os dados sociolinguísticos a ser apresentados, alternados entre gráficos de pizza, colunas e tabelas, obedeceram à sequência escolhida pelos pesquisadores para os registros: número de falantes da língua de referência; em seguida, foram estimados o número de monolíngues e bilíngues.

Logo depois, veremos as seguintes tabulações do levantamento demográfico: tipos de falantes para cada faixa etária em números absolutos e porcentagem; os tipos de falantes para cada faixa etária em números absolutos e porcentagem dos Latundê.

Antes, deve-se destacar que o escopo do inventário foi amplo (MIP, Item 3, Pág. 4), ou seja, contempla produções de conhecimento mais abrangentes sobre a língua por meio da entrega de formulário com 06 Módulos, Relatório Final e Acervo Digital (MIC, Item 7, Págs. 20 a 22).

Quanto aos principais falantes de referência, foram identificadas 14 pessoas, sendo 9 sabedores da língua, 2 tradutores, 2 linguistas (Stella Telles – UFPE – e Leo Wetzels – Vrije Universiteit em Amsterdam) e 1 antropólogo (Edwin Reesink – UFBA) (MIC, Itens 8.1 e 8.2, Págs. 23 e 24).

Com relação à presença da língua de referência em instituição oficial de ensino, a situação é desfavorável para a promoção da língua:

“Falta de material de ensino na língua indígena; não há ortografia prática; falta de formação linguística profissional dos professores; poucas horas podem ser dedicadas ao ensino indígena; uma pequena minoria fala ou entende Latundê; há somente ensino em Português e Aikanã; até vários alunos Aikanã na série 6-9 acham o ensino de Aikanã inútil ou recusam.” (MIC, 9.1, Págs. 24 e 25)

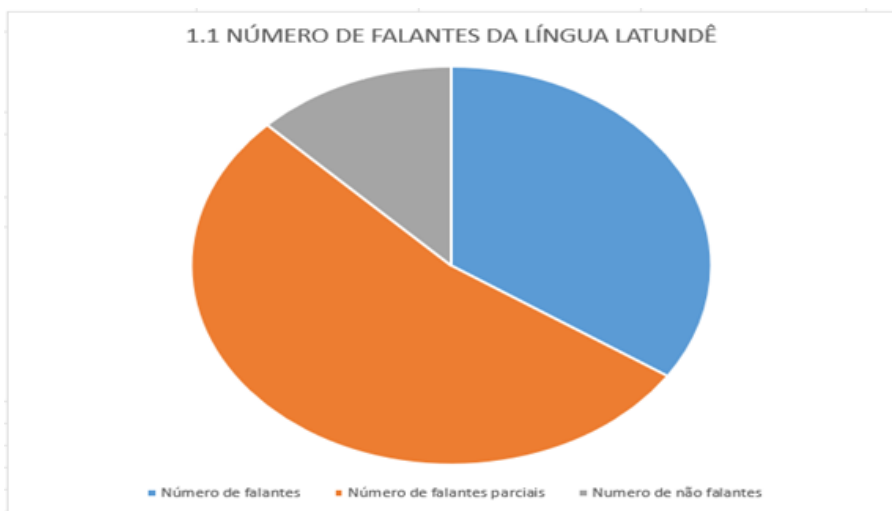
A situação não é diferente quanto à oferta dos demais serviços públicos (MIC, item 9.2, Págs 25 e 26), sem a disponibilização de intérpretes na área de saúde, na prefeitura ou nas demais instituições públicas.

A pesquisa identificou 7 instituições que atuam na Terra Indígena Tubarão-Latundê, sendo apenas a "Associação Massaká dos Povos Indígenas Aikanã, Kwazá e Latundê" de dentro da comunidade.

Os demais representantes prestam um relevante apoio à comunidade Latundê, apesar de não promoverem ações diretas de salvaguarda da língua de referência: Secretaria de Educação de Rondônia (SEDUC-RO), Universidade Federal de Rondônia (Unir), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a ALEM/Wycliffe (MIC, 9.3, Págs. 26 a 27).

O Módulo de Diagnóstico Sociolinguístico (MDS) (Págs. 27a 39) dos Formulários do INDL projeta uma comunidade linguística da etnia Latundê contendo 32 indivíduos sendo que, na comunidade de referência, 11 são considerados indivíduos proficientes, 17 são falantes parciais e 4 não são falantes da língua originária.

	LÍNGUA LATUNDÊ	
	Na comunidade de referência (somente o que foi contabilizado pela pesquisa)	Na comunidade linguística (uma estimativa total)
Número de falantes	11	11
Número de falantes parciais	17	17
Numero de não falantes	4	4
Observações	Número de falantes: Dominam bem a língua, seja a língua original ou a variedade modificada (veja também Módulo 2, Item 2, Subitem 2.2.1 [Págs. 10 e 11]); Número de falantes parciais: Falam pouco ou apenas entendem; Número de não falantes: Do próprio povo latundê ou de outra etnia.	



Seguem demais dados encontrados no levantamento sociolinguístico nas aldeias Latundê:

Estimativa de indivíduos monolíngues na comunidade linguística (MDS, Item 1, Subitem 1.2, Pág. 28):

Com a morte da anciã indígena Batatá, em 2015, não há mais falantes monolíngues de Latundê. Porém, há algumas pessoas idosas que habitam a T.I. e são quase monolíngues em outras línguas indígenas devido à pouca compreensão do Português.

Há também alguns semifalantes que entendem Sabanê, Tawandê ou Mamaindê. Alguns jovens Latundê que entendem sua língua materna e também entendem a língua Aikanã.



Fonte: "4.8.1 Fatima e Batatá 2015.jpg" / Anexo II (SEI nº 1048816)

Estimativa de indivíduos bilíngues na comunidade linguística (Item 1, Subitem 1.3, Pág. 29):

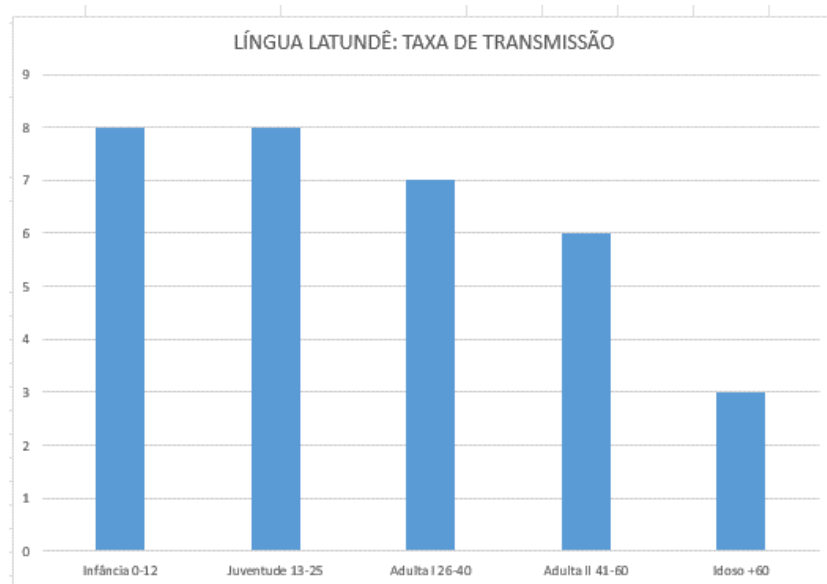
		Na comunidade de referência*	Na comunidade linguística (uma estimativa total)
	Quantos também falam português?	31	31
Quantos também falam uma outra língua? Informe a língua.	Mamaindê	6	6
	Sabanê	1	1
	Tawandê	1	1
	Observações	Observações: Os falantes da língua de referência, além de português e outra língua estão incluídos como falantes bilíngues. Estão excluídos dois indivíduos (de 1 e 3 anos de idade) da etnia Latundê que não falam ou entendem Latundê, mas entendem português e Mamaindê. (Subitem 1.3. Módulo de Diagnóstico Sociolinguístico. Pág. 29)	

Quanto à caracterização de situações de plurilinguismo (Item 1, Subitem 1.4, Pág. 29), não foram identificados na comunidade linguística indivíduos que falam três ou mais línguas. Já com relação à forma de aquisição da língua, o Latundê é comumente aprendido como segunda língua (L2) desde o final dos anos 70, e apresenta maior difusão na Aldeia Latundê do que na aldeia Gleba ou na cidade. Dentro da comunidade de referência, a língua mais comumente aprendida como primeira língua (L1) é o português, seguida do Mamaindê e do Latundê (MDS, 2 e 3.1, Págs. 29, 30 e 31).

No ambiente escolar, a língua Latundê não integra o componente curricular por não possuir professores que falam a língua de referência nem materiais didáticos. Na "Escola Municipal Indígena Multisseriada Aikanã Capitão Aritimon", as línguas Portuguesa e Aikanã são usadas na alfabetização e há uma disciplina para o ensino dessa língua indígena durante o Ensino Fundamental até três vezes por semana (MIC, Item 9.1, Págs. 24 e 25).

Para auxiliar na compreensão desse tema, segue a coleta de dados referentes à taxa de transmissão por tipos de falantes para cada faixa etária em números absolutos e em porcentagem (MDS, 3.1, Pág. 31):

	LÍNGUA LATUNDÊ: TAXA DE TRANSMISSÃO								
	Falantes Fluente			Falantes com proficiência parcial***			Não falantes		
	Nº absoluto	% CR*	% FE**	Nº absoluto	% CR*	% FE**	Nº absoluto	% CR*	% FE**
Infância 0-12	0	0,00%	0,00%	4	12,50%	50,00%	4	12,50%	50,00%
Juventude 13-25	0	0,00%	0,00%	8	25,00%	100,00%	0	0,00%	0,00%
Adulta I 26-40	3	9,37%	42,85%	4	12,50%	57,14%	0	0,00%	0,00%
Adulta II 41-60	5	15,62%	83,33%	1	3,12%	16,66%	0	0,00%	0,00%
Idoso +60	3	9,37%	100,00%	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
TOTAL	11	34,36%	N/D	17	53,12%	N/D	4	12,50%	N/D
Legenda	*% CR = Percentual (arredondado) resultante do número de falantes por tipo e faixa etária / Total da Comunidade de Referência (=32); **% FE = Percentual (arredondado) resultante do número de falantes por tipo e faixa etária / Total de falantes por Faixa Etária.								
OBSERVAÇÃO:	*** [Incluídos também os indivíduos que somente entendem a língua. Vide o Subitem 3.1 do Módulo de Diagnóstico Sociolinguístico (Pág. 31)]								



Dados: Total de falantes por Faixa Etária - Infância 0-12 - falantes: 4 / não falantes: 4; Juventude 13-25 - falantes: 8; Adulta I 26-40 - falantes: 7; Adulta II 41-60 - falantes: 6; Idoso +60 - falantes: 3.

A língua Latundê foi caracterizada, com relação ao grau de transmissão (MDS, 3.2, Pág. 31) e à dinâmica dos usos sociais como “**em crise**”; por conseguinte, o grau de vitalidade correspondente é “severamente ameaçada” (MAV, Item 2, Subitem 2.1, Págs. 40 e 41) por conta da interrupção do seu ensino como língua materna desde o fim dos anos 70 e por não haver uma ortografia para o uso dos falantes que possa compor um programa de inclusão dessa língua na escola.

Assim, a gravidade da situação é refletida nas situações de usos linguísticos especiais (Subitem 5.4.2, Pág. 36) como no “uso da língua antiga” para a contação de histórias sobre os mitos de origem, os relatos históricos e as fábulas e no uso para os cantos e os rituais.

Cada vez menos indivíduos conhecem esse tipo ancestral de uso da língua e é motivo de preocupação a transmissão decrescente desse patrimônio cultural. De alguma forma, as escolas tentam revitalizar esse conhecimento ancestral dos cantos e das histórias ao convidar os sabedores para interagir com as crianças e os jovens.

Apesar de tudo, algumas iniciativas observadas na pesquisa demonstram que o grau de vitalidade da língua é **positivo**, pois a comunidade linguística tem o Latundê como um valor sociocultural, bem como demonstra o desejo de vê-lo transmitido para as novas gerações (MDS, 6.1, Pág. 37).

Quanto à atitude dos Latundê em relação às demais línguas, a comunidade linguística aceita a presença de outras línguas como o Kwazá e o Aikanã e utilizam o Português como língua franca para contato com os não indígenas e os demais povos (Subitem 6.2, Pág. 37).

Também foi constatado que, apesar do uso frequente do Português dentro das aldeias, o Latundê prevalece no uso entre os idosos e quando estes se comunicam com os mais jovens. Por sua vez, os falantes mais novos se comunicam em Latundê como língua secreta na presença de falantes de outras línguas (MDS, 5.4, Pág. 34).

Além disso, o levantamento ortográfico revelou que o Latundê ainda é uma língua ágrafa (MDS, 4.1.1, Pág. 32). Tal cenário foi apontado como favorável para pesquisas voltadas ao desenvolvimento de uma grafia:

“O desenvolvimento e ensino de uma grafia seria interessante para os adolescentes e jovens adultos. Alguns deles simplesmente ficariam felizes com a ideia de poder ler e escrever na língua. Outros participam em cursos universitários para indígenas, onde estão incentivados a produzir material sobre língua e cultura” (MDS, 4.1.2, Pág. 32).

Portanto, afirma-se que a prática de escrita e leitura na língua portuguesa é a tônica quando os Latundê estabelecem contatos por conta das demandas rotineiras junto às instituições oficiais. Dessa forma, a paisagem linguística consiste em

uma produção de conteúdo escrito em cartazes, faixas, banners, cartolinas e letreiros somente em língua portuguesa (MDS, 5.2, Pág. 33).

Logo, os usos do Latundê apresentam dinâmicas **em retração e restritas**, pois a língua não é mais adquirida como língua materna além de ser usada no cotidiano apenas pelos mais idosos; Em que pese o uso pelos mais jovens como língua secreta ser um sinal positivo, ainda que insuficiente para o fortalecimento da língua de referência (MDS, 5.4, Pág. 34).

V. O Módulo "Avaliação da Vitalidade Linguística, Revitalização e Promoção" (MAV) do Formulário INDL:

39): Com o foco na **valorização** e na **promoção da língua Latundê**, as seguintes ações estão em curso (MAV, Item 1.1, Pág.

Ação nº 01: Criação de uma Licenciatura Intercultural:

Atores envolvidos: Professores indígenas, pedagogos e professores da Unir;

Atividades desempenhadas: formação em nível superior de professores para atuação nas escolas indígenas.

Ação nº 02: Documentação da língua e da cultura:

Atores envolvidos: Pessoas interessadas e pesquisadores de instituições que estudam o tema como a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG);

Atividades desempenhadas: entrevistar, gravar, traduzir e orientar estudos sobre a língua Latundê;

Observações: Os frutos desse trabalho podem subsidiar o ensino escolar da língua de referência.

41): No que tange a **propostas da comunidade para a salvaguarda da língua**, há uma demanda urgente (MAV, 1.2, Págs. 40 e

ALTA PRIORIDADE:

Proposta: Documentar a língua e a cultura dos Latundê;

Justificativa: Conhecimentos especiais sobre a língua e a cultura estão em risco de extinção;

Ações necessárias: Documentar e realizar análise científica de língua e cultura; Disponibilizar os resultados à comunidade linguística;

Pessoas ou instituições responsáveis pela demanda: Linguistas com experiência e conhecimento especializado das línguas da família, como os da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e os do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG/MCTI).

VI - Conclusão:

Tendo em vista as informações apresentadas, observamos que o mapeamento, a caracterização e o diagnóstico da língua e, por fim, a sistematização dos dados em formulário específico foi devidamente executada de acordo com o disposto no Decreto nº 7.387/2010, que institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL).

Nesse sentido, face o preenchimento dos pré-requisitos para o pedido de inclusão de línguas e o reconhecimento como Referência Cultural Brasileira, além de considerável volume de informações complementares sobre a língua inventariada, consideramos que foram atendidas as especificações técnicas para a instrução do processo de inclusão da língua Latundê no Inventário Nacional da Diversidade Linguística e posterior deliberação pela Comissão Técnica do INDL.

Considerando o estado de potencial vulnerabilidade devido à ausência de transmissão do Latundê como primeira língua (L1) desde o final dos anos 70, fato esse apresentado pelo levantamento sociolinguístico realizado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e sintetizado neste parecer, bem como todo o processo relatado de violência, aculturação e ameaça ao qual esse povo foi e continua sendo submetido ao longo de sua história, recomendamos fortemente a inclusão da Língua Latundê no INDL.

A inclusão da língua no INDL não se deve somente no intuito de destacar sua relevância para a memória, a história e a identidade do povo Latundê, mas se deve também para justificar a implementação de ações voltadas à salvaguarda da língua, conforme o Art. 5º do Decreto nº 7.387/2010: *"as línguas inventariadas farão jus a ações de valorização e promoção por parte do poder público"*.

Sobre o campo das memórias sensíveis, ressaltamos o teor da Nota Técnica 8 DPGU/DNDH, de 14 de setembro de 2021 (SEI nº 3533115), elaborada pela Defensoria Nacional de Direitos Humanos da DPU, cuja defesa é a de dimensionamento do patrimônio linguístico ao mesmo campo do respeito aos Direitos Humanos e que sejam, dessa forma, estabelecidas políticas públicas de reparação à repressão linguística no Brasil. Segue trecho desse documento que ao nosso juízo traz luz a esta questão:

"Ainda que possamos contextualizar historicamente tais eventos, são evidentes os seus efeitos negativos e consequências restritivas sobre a vida atual e perspectivas futuras dessas comunidades, fato que fundamenta ações e políticas públicas para conscientização do direito humano à diversidade linguística e medidas compensatórias de reparação imaterial pelos danos identitários."

Para corroborar o senso de urgência relatado por esta DTDL, citamos aqui a necessária reflexão do linguista Aryon Dall'Igna Rodrigues sobre a situação das línguas indígenas brasileiras:

"A simples menção do número de 180 línguas indígenas existentes hoje no Brasil pode dar uma falsa ideia da realidade. Uma maior aproximação com esta realidade só pode ser obtida mediante consideração dos dados demográficos referentes a cada língua. Seria demasiado longo apresentar aqui em detalhe esses dados, por isso limito-me a agrupar as línguas dentro de certos limites demográficos, isto é, segundo o número de pessoas que as falam, e a mencionar o número de línguas em cada grupo.

Há apenas uma língua com pouco mais de 30.000 falantes, duas entre 20.000 e 30.000, outras duas entre 10.000 e 20.000; três entre 5.000 e 10.000; 16 entre 1.000 e 5.000; 19 entre 500 e 1.000; 89 de 100 a 500 e 50 com menos de 100 falantes. A metade destas últimas, entretanto, tem menos de 20 falantes. Em resumo: das 180 línguas apenas 24, ou 13%, têm mais de 1000 falantes; 108 línguas, ou 60%, têm entre 100 e 1000 falantes; enquanto que 50 línguas, ou 27%, têm menos de 100 falantes e metade destas, ou 13%, têm menos de 50 falantes (Rodrigues1993c).

***Em qualquer parte do mundo línguas com menos de 1000 falantes, que é a situação de 87% das línguas indígenas brasileiras, são consideradas línguas fortemente ameaçadas de extinção e necessitadas, portanto, de pesquisa científica urgentíssima, assim como de fortes ações sociais de apoio a seus falantes, que como, comunidades humanas, estão igualmente ameaçados de extinção cultural e, em não poucos casos, de extinção física."* (g.n.)**

Fonte: RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. A originalidade das línguas indígenas brasileiras. Conferência proferida por ocasião da inauguração do Laboratório de Línguas Indígenas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, em 8 de julho de 1999. In. Relembrando. Revista Brasileira de Linguística Antropológica. Vol. 8, nº 2, Dezembro de 2016. Pág. 193.

Após importantes ressalvas e sob o estímulo da Década Internacional das Línguas Indígenas da Unesco (2022-2032), pondera-se que, para além da língua Latundê, sejam priorizadas também ações de pesquisa, documentação e mobilização social voltadas à revitalização das demais línguas da família linguística Nambikwára, cujos remanescentes passaram a viver entre outros povos da mesma família linguística ou migraram para núcleos urbanos localizados nas proximidades da fronteira entre os estados do Mato Grosso e de Rondônia. Estas demais línguas da família linguística Nambikwára também poderiam ser incluídas no INDL, desde que cumpridos os pré-requisitos mínimos e suficientes.

Portanto, salvo melhor juízo, pelos motivos acima elencados, somos favoráveis à inclusão da língua Latundê no INDL por considerar que a documentação apresentada é suficiente para a identificação da língua.

Dessa forma, submetemos o presente Parecer para consideração e envio às instâncias superiores que, por sua vez, farão ulterior submissão do pleito à Comissão Técnica do INDL.

Daniel Ramos Araújo

Analista de Patrimônio e Cultura. Área 4.

Divisão Técnica de Diversidade Linguística – DTDL/CGIR/DPI

De acordo.

Marcus Vinícius Carvalho Garcia

Chefe da Divisão Técnica de Diversidade Linguística

DTD/CGIR/DPI/IPHAN



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Ramos Araújo, Analista I**, em 06/06/2022, às 17:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinicius Carvalho Garcia, Chefe da Divisão Técnica da Diversidade Linguística**, em 07/06/2022, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3541764** e o código CRC **4C248BE2**.